

RESOLVE:

I – CONSTITUIR Comissão Permanente de Licitação – CPL, junto a Casa Militar da Governadoria do Estado, vinculada a esta Chefia, para processar, dirigir e julgar os procedimentos licitatórios desta Casa;

II – NOMEAR os servidores: CAP QOPM RG 27035 ROBERTO CALDERARO BRITO, 1º TEN QOAPM RG 12154 EUMA CARDOSO ALVES e SD PM RG 32945 CLAYTON MENEZES CUNHA, para sob a presidência do primeiro, coordenarem as licitações da Casa Militar da Governadoria do Estado e como membros suplentes, os servidores: CAP QOPM RG 24964 FABRICIO SILVA BASSALO, 3º SGT PM RG 14328 MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SIQUEIRA TRINDADE e CB PM RG 22373 MÁRCIA HELENA PAIVA DA CONCEIÇÃO;

III – Os membros da Comissão Permanente de Licitação desempenharão os seus trabalhos concomitantemente com as atividades dos seus respectivos cargos ou funções;

IV – Esta Portaria entra em vigor ma data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém / PA, 13 de março de 2012.

FERNANDO AUGUSTO DOPAZO NOURA – TEN CEL QOPM RG 16228

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Procuradoria Geral do Estado

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352640
PORTARIA Nº 152/2012 – PGE. G.
BELÉM, 09 DE MARÇO DE 2012.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,
no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor Fernando Saraiva de Souza Filho, Chefe da Divisão de Material, Matrícula 55587574/2, para acompanhar e fiscalizar o contrato abaixo discriminado:

- CONTRATO Nº 035/2011 – PGE e AMAZON PAPEL LTDA-EPP.

II – Caberá ao servidor designado neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato supramencionado, devendo sugerir diretamente à Coordenação de Administração e Finanças o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
Procurador-Geral do Estado

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352670
PORTARIA Nº 144/2012-PGE.G.,
DE 05 DE MARÇO DE 2012

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores deste Órgão, no período determinado conforme abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Aquisitivo	Gozo
Ana Thereza Navas Pereira	Assistente de Procuradoria	2011/2012	16.04 a 15.05.12
Aparecida Neves Ponte Souza	Procurador do Estado	2011/2012	09.04 a 08.05.12
Barbara Nobre Lobato	Procurador do Estado	2010/2011	02.04 a 01.05.12
Fernanda Sales de Lima	Assessor	2010/2011	09.04 a 08.05.12
Mario Rubens Silva Rodrigues	Auxiliar de Administração	2011/2012	02.04 a 01.05.12
Natalina Matos Carneiro	Assessor	2011/2012	02.04 a 01.05.12
Robina Dias Pimentel Viana	Procurador do Estado	2010/2011	09.04 a 08.05.12
Rodolpho Pedro de Castro Souza Filho	Técnico de Procuradoria	2010/2011	09.04 a 08.05.12
Rosilene Vales Gomes	Assessor	2011/2012	04.04 a 03.05.12
Sergio Augusto Moraes de Souza	Técnico	2010/2011	09.04 a 08.05.12

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA Nº 157/2012-PGE.G.,
DE 09 DE MARÇO DE 2012

PRORROGAR por 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde da servidora Maria das Graças Sousa da Silva, identidade funcional nº 3156133/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração C, no período de 02.03 a 30.04.2012, de acordo com o Laudo Médico nº 123788A/ da SEAD.

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA Nº 161/2012-PGE.G.,
DE 12 DE MARÇO DE 2012

CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio referente a 1ª parcela do triênio 2007/2010 a servidora Lorena de Paula Rego Salman, ocupante do cargo de Procurador do Estado, identidade funcional nº 55589670/1, no período de 19.03 a 17.04.2012.

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
Procurador-Geral do Estado

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352602
PORTARIA: 162/12-PGE.G

Objetivo: Entrega de documentos.
Fundamento Legal: Dec. 2819/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil

Servidor(es): 57214739/Marcos Aurélio Brito Nascimento (Motorista) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 15/03/2012 a 15/03/2012

Ordenador: Carolina Ormanes Massoud

Auditoria Geral do Estado

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352481
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012-AGE

Tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Presencial nº.001/2012, na data de 06 de março de 2012, destinado à contratação de empresa especializada em organização de eventos para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação da I Conferência Sobre Transparência e Controle Social no Estado do Pará – CONSOCIAL, a se realizar nos dias 29 e 30 de março de 2012, no HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital; tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; tendo sido ultrapassado o prazo de 03 (três) dias sem que nenhuma empresa apresentasse recurso; e observados os preceitos do Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, da Lei Estadual nº 6.474, de 06/08/2002 e da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002; ADJUDICO o objeto da licitação à empresa:

FAZ & ACONTECE CERIMONIAL E EVENTOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.266.124/0001-08, cujo preço final foi:

R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Belém, 12 de março de 2012.

Fábio Guedes Salgado
Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352492
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012-AGE

O Auditor Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a realização do Processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2012-AGE, HOMOLOGA a decisão do Pregoeiro Fábio Guedes Salgado, autorizando a contratação de empresa especializada em organização de eventos para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação da I Conferência Sobre Transparência e Controle Social no Estado do Pará – CONSOCIAL, a se realizar nos dias 29 e 30 de março de 2012, no HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, junto à empresa FAZ & ACONTECE CERIMONIAL E EVENTOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.266.124/0001-08, pelo valor de R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais), conforme TERMO DE ADJUDICAÇÃO de 12/03/2012.

Fica a empresa vencedora convocada a comparecer na Auditoria Geral do Estado para assinatura do contrato no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento deste, assim como apresentar novas certidões, caso a validade das apresentadas na habilitação, já tenham expirado.

Publique-se.

Belém, 12 de março de 2012.

ROBERTO PAULO AMORAS
Auditor Geral do Estado

Defensoria Pública
do Estado do Pará

TERMO ADITIVO Nº 01/2012 AO TERMO DE
COOPERAÇÃO Nº 009/2011 – DPPA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352379

PARTES: ESTADO DO PARÁ - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e GRUPO EDUCACIONAL GENOMA S/S LTDA (CNPJ/MF Nº 05.680.572/0001-82)

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A MODIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 009/2011, QUE TRATA DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES.

VIGÊNCIA: 05.03.2012 à 12.10.2013.

VALOR: o presente termo não prevê transferência de recursos entre as partes.

FORO: Comarca de Belém, Estado do Pará

DATA DA ASSINATURA: 05.03.2012

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dr. Antônio Roberto Figueiredo Cardoso – Defensor Público Geral do Estado do Pará

ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Grupo Educacional Genoma S/S Ltda (Rua Barão do Rio Branco, nº 1790, Bairro Centro, Abaetetuba/Pa, CEP: 68440-000) e Defensoria Pública do Estado do Pará (Trav. Padre Prudêncio nº 154, Comércio, Belém/PA, CEP: 66019-080).

RESOLUÇÃO CSDP Nº 092, DE 12 DE MARÇO DE 2012.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 352433

Designa Comissão avaliadora dos trabalhos e aprova edital para a concessão do “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro”, instituído pela Resolução 061/10.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 11, I e X da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, publicada no D.O.E. em 09.02.2006,

Considerando a necessidade de designar Comissão e aprovar edital para a concessão do “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro”.

Considerando a necessidade de fomentar a valorização da produtividade funcional e aprimoramento técnico-jurídico da atividade intelectual dos membros da Defensoria Pública do Estado do Pará;

Considerando a deliberação do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública na sessão ordinária realizada no dia 12 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º A comissão avaliadora do “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro”, instituído pela Resolução CSDP 061/10 para o certame referente ao ano de 2012 é composta por três membros, profissionais de notável saber jurídico, abaixo listados:

- Doutor Benedicto Wilfredo Monteiro Filho, advogado.
- Doutor Rômulo Nunes, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- Doutor Paraguassú Elleres, Defensor Público aposentado.

Art. 2º Excepcionalmente, a data da premiação para o ano de 2012 será no dia 19 de maio, dia do defensor público.

Art. 3º Fica aprovado edital em anexo a esta resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala de reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e doze.

ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO
Presidente do Conselho

Conselheiro Nato
LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA
Defensor Público Geral

Membro Nato
FLORISBELA MARIA CANTAL MACHADO
Corregedora Geral

Membro Nato
NAZARÉ GONÇALVES DOS SANTOS
Conselheira

GRAÇA MARIA CARDIAS DE FREITAS
Conselheira

JOSÉ ANIJAR FRAGOSO REI
Conselheiro

GLEDSON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ
Conselheiro.

EDITAL
“Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro”

Preâmbulo

A Diretoria do Centro de Estudos da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições para o “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro”, de acordo com os termos deste edital, da Resolução CSDP Nº. 061, de Agosto de 2010 e demais normas aplicáveis.

Apresentação

O “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro” destina-se aos melhores trabalhos forenses e projetos realizados pelos Defensores Públicos do Estado do Pará.